

UMA DISCUSSÃO SKINNERIANA SOBRE A PSICOTERAPIA ENQUANTO AGÊNCIA DE CONTROLE

Christian Silva dos REIS¹
Ana Karla Veinhal LAMPUGNANI²
Rodolfo Vladimir da Silva JUNIOR³
csreis.br@gmail.com

RESUMO

A discussão sobre a separação entre fatos e valores é tradicionalmente tratada como ponto pacífico no âmbito da filosofia, e isso parece ecoar em diferentes sistemas de produção do conhecimento psicológico. Na proposta skinneriana, no entanto, essa dicotomia é subvertida, e valores passam a ser identificados como pertencendo ao mundo dos fatos, entendidos como eventos reforçadores e punitivos. Para o comportamentalismo radical, a Psicoterapia pode ser entendida como uma (entre outras) agências de controle, grupos organizados que detêm a disponibilidade de reforçadores em diferentes culturas. Sendo assim, cabe ao próprio analista do comportamento em atuação clínica debruçar-se sobre os tipos de controle (aversivos ou não) perpetrados pelo exercício da profissão, em relação aos controles exercidos por outras agências, revisando sua prática clínica, sempre amparado pelo código de ética profissional. Este artigo é fruto de uma pesquisa de natureza aplicada, com caráter qualitativo e de cunho exploratório-descritivo, realizada através da coleta de dados, por meio de um questionário online direcionado para analistas do comportamento atuantes na prática clínica, na região Oeste do Paraná, e demonstra, a partir da amostra obtida, a influência da agência de controle psicoterapêutica sobre a atuação dos psicólogos analistas do comportamento, que num primeiro momento parece apresentar um resultado coerente ao da proposta skinneriana, porém ao analisar mais profundamente o relato verbal dos participantes, encontra-se neles um caráter ambíguo que permite então questionamentos em relação a atuação clínica de forma imparcial, como prescreve a ciência do comportamento apresentada por Skinner.

Palavras-chave: Psicologia; Valores; Agência de Controle; Psicoterapia; Análise do Comportamento.

Ana Karla Veinhal Lampugnani¹
Rodolfo Vladimir da Silva Junior²
Christian Silva dos Reis³

A SKINNERIAN DISCUSSION ABOUT PSYCHOTHERAPY AS A CONTROL AGENCY

Christian Silva dos REIS¹
Ana Karla Veinhal LAMPUGNANI²
Rodolfo Vladimir da Silva JUNIOR³
csreis.br@gmail.com

ABSTRACT

The discussion about the separation between facts and values is traditionally treated as a pacific point in the scope of philosophy, and this seems to echo in different systems of production of psychological knowledge. In Skinner's proposal, however, this dichotomy is subverted, and values are identified as belonging to the world of facts, understood as reinforcing and punitive events. For radical behaviorism, Psychotherapy can be understood as one (among others) control agencies, organized groups that hold the availability of reinforcers in different cultures. Therefore, it is up to the behavior analyst in clinical practice to look into the types of control (aversive or not) perpetrated by the exercise of the profession, in relation to the controls exercised by other agencies, reviewing their clinical practice always supported by the code of ethics. professional. This article is the result of an applied research with a qualitative exploratory-descriptive nature, carried out through the collection of data through an online questionnaire directed to behavior analysts working in clinical practice in the western region of Paraná, and demonstrates, the From the sample obtained, the influence of the psychotherapeutic control agency on the performance of behavior analyst psychologists, which at first seems to present a result consistent with the Skinnerian proposal, however, when analyzing more deeply the verbal report of the participants, finds there is an ambiguous character in them, which then allows questioning in relation to clinical performance in an impartial way, as prescribed by the science of behavior presented by Skinner.

Key words: Psychology; Values; Control Agency; Psychotherapy; Behavior Analysis.

Ana Karla Veinhal Lampugnani¹

Rodolfo Vladimir da Silva Junior²

Christian Silva dos Reis³

1 INTRODUÇÃO

O comportamentalista radical B. F. Skinner (1904-1990), em sua obra “O Mito da Liberdade” (SKINNER, 1973), analisa como o ser humano vem usufruindo do desenvolvimento da ciência natural e das tecnologias de forma inadequada, visando aumentar seu poder sobre a terra. Ressalta ainda que, contando apenas com a aplicação das ciências físicas e biológicas, não resolveremos os grandes problemas do mundo, uma vez que a maioria deles está atrelado ao comportamento humano, e que os métodos científicos são pouco aplicados ao tema (SKINNER, 1973).

A análise do comportamento é uma proposta de ciência psicológica que é fomentada pelo behaviorismo radical como sua filosofia. A filosofia do behaviorismo radical entende que os comportamentos não são causados por uma substância interna (SKINNER, 1973). Se não há uma substância interna homem autônomo, ou seja, se há uma negação ao mentalismo, é preciso então investigar as contingências que controlam o comportamento dos indivíduos. Para Skinner (1973), a ciência do comportamento é também ciência dos valores, sendo estes edificadas a partir da relação entre o organismo e o ambiente. Reitera-se assim que o comportamento é controlado por suas consequências, e como não há uma instância interna que controla o comportamento, então não há como se defender uma perspectiva de divisão entre fatos e valores, tal como acontece na modernidade (MARICONDA, 2006; SKINNER, 1973).

A dicotomia entre as noções de fato e valor é rastreada ao advento da ciência moderna, que opera a separação entre indivíduo e mundo (MARICONDA, 2006). Segundo o autor, tal separação está assentada na ideia de que um fato é um acontecimento natural que pode ser analisado por meio de um método, e é determinado como verdadeiro ou falso pela própria natureza humana a partir dos sentidos, intelecto e a capacidade de comunicação dos indivíduos. Já o valor depende de uma interpretação, um juízo edificado a partir de memórias, hábitos e capacidades de julgamento desenvolvidas a partir de preceitos religiosos, morais e legais (MARICONDA, 2006).

Essa tese é endossada por filósofos tais como Francis Bacon (1561-1626), a partir de sua teoria dos ídolos (BACON, 1973); René Descartes (1596-1650), a partir da tese da imparcialidade metodológica e racional para a produção do conhecimento científico (DESCARTES, 1985) e David Hume (1711-1776), que dá foco ao princípio da impossibilidade de deduzir normas e regras, reforçando que não se podem extrair do conhecimento científico sobre os fatos conclusões no domínio dos valores (HUME, 2000).

Mariconda (2006) enfatiza a formulação do discurso científico, buscando uma neutralidade cognitiva fundamentada na proibição da dedução de normas a partir de descrições. Ressalta ainda que a metodologia científica não pode ser embasada em conhecimento factual histórico da própria atividade, nem tampouco extrair conclusões do domínio dos valores. Através da estratégia objetivista, em termos da ciência apresentada pelo autor, o conhecimento objetivo revela o mundo tal qual ele é, propiciando a intervenção na natureza e seu controle, tal qual o controle dos objetos naturais.

A busca da neutralidade da ciência, frente a separação entre fatos e valores fundamenta, segundo Mariconda (2006), a construção de uma ciência útil para o domínio da natureza. Nesse sentido, pode-se questionar como fica o status da dicotomia entre fatos e valores na filosofia skinneriana. Essa questão é revisada por Skinner (1973), que afirma que um fato difere daquilo que se sente em relação a ele, e o apelo a esse sentir é a causa dos problemas. Em outras palavras, quando tratamos da distinção entre fatos e valores, simplesmente distinguimos entre um objeto e seu efeito de reforço.

De acordo com Skinner (1973), os sentimentos das pessoas em relação aos fatos, ou mesmo o significado desses sentimentos, são a causa dos problemas e geram questionamentos aos quais a ciência do comportamento pode auxiliar na busca por respostas. Em outras palavras, o que se sente é gerado por contingências em que consequências reforçadoras ou punitivas atuam. Nesse sentido, o que tradicionalmente é entendido como valor (da coisa “boa”, da coisa “ruim”, da coisa “moral” ou “imoral”), torna-se sinônimo de reforçador ou punitivo. Dito de outro modo, para Skinner (1973), as coisas boas são reforçadoras, e as coisas ruins são aversivas, as quais somos reforçados negativamente ao fugir ou esquivar. Nesse sentido, ao tratarmos valores como reforçadores, é possível afirmar que eles aumentam a probabilidade de um comportamento voltar a acontecer e, nessa mesma linha de raciocínio, pode-se argumentar que o controle do grupo ao qual pertencem os indivíduos têm grande importância na definição dos reforçadores que irão agir no controle do comportamento dos mesmos (SKINNER, 1973).

O comportamento social é tratado como aquele estabelecido por duas ou mais pessoas em relação a uma terceira, ou ainda, em relação ao ambiente em que estão inseridas (SKINNER, 2003). Neste sentido, Skinner (2003) reitera que o comportamento que é reforçado a partir da mediação de outras pessoas irá se diferenciar do comportamento que é reforçado pelo ambiente mecânico, devido ao controle que o grupo social em que o organismo está inserido exerce sobre ele. O grupo exerce, então, o controle sobre seus participantes através do esquema de reforço ou punição (SKINNER, 2003). Na discussão

sobre os grupos que controlam os indivíduos, é possível identificar de forma bem organizada e estabelecida as chamadas agências de controle, que operam sobre o comportamento dos indivíduos de forma efetiva (SKINNER, 2003). Todorov (2020) afirma que as agências de controle são pessoas ou organizações capazes de acompanhar, selecionar e incentivar determinadas formas de comportar-se em relação à interação social, ou ainda entre organismo e organização. O autor relata ainda que, mesmo na agência de controle da Psicoterapia, por exemplo, onde o analista do comportamento opera sobre o controle das consequências de seu paciente, ele ainda é condicionado pelas regras da instituição Psicoterápica como um todo.

Sobre as agências de controle, Skinner (2003) ressalta que o que as define é a manipulação das variáveis utilizadas para o controle do comportamento dos organismos que estão inseridos em um grupo. Deste modo, parece ficar claro que uma agência controladora deve se utilizar do reforço para aumentar a probabilidade dos comportamentos aderentes a ela voltarem a ocorrer (SKINNER, 2003).

O presente estudo versa sobre a Psicoterapia enquanto Agência de Controle, e buscou identificar de que forma os valores dessa agência influenciam na atuação clínica dos analistas do comportamento. A atualidade e relevância desse tema dizem respeito a questões relacionadas ao panorama da aplicação da análise do comportamento, seus valores e influências no indivíduo enquanto agência de controle, refletindo sua contribuição na evolução do comportamento de uma sociedade que caminha em busca de solução para os grandes problemas contemporâneos, na contramão de contingências socioculturais que atuam como contracontrole deste processo.

Todorov e Hanna (2010), indicam que o Brasil é o maior centro da análise do comportamento depois dos Estados Unidos, demonstrando o crescimento da atuação destes profissionais nas mais diversas áreas. Portanto, faz-se necessário um estudo que se volte para este público e valide a prática atual com a prática proposta pelo Behaviorismo. Skinner (2003) relata que o terapeuta, enquanto agente controlador da agência, deve tratar seu cliente de uma forma não punitiva, de forma a utilizar o método de reforçamento como premissa, e destacar-se positivamente em relação às outras agências de controle. Em suma, o cliente é o foco principal de uma terapia. Com isso, o autor também ressalta a vulnerabilidade em que o cliente geralmente se encontra no início de um processo terapêutico, colocando a promessa de alívio através da Psicoterapia como um aspecto que o reforça a procurá-la em busca de melhora.

Em 2019, uma publicação realizada pelo Instituto de Estudos de Saúde

Suplementar (IESS, 2019) com base nos dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar, (ANS) identificou, entre os anos de 2013 a 2019, um aumento de 44,5% em relação à procura por psiquiatras, 93,8% em relação a psicólogos, e de 137,8% em relação a terapeutas ocupacionais. A crescente nos faz perceber que a procura por profissionais que estejam atrelados à saúde mental tem progredido, o que mostra que a população tem dado mais atenção ao assunto.

É importante então verificarmos a prática que se estabelece dentro das clínicas de Análise do Comportamento, em paralelo com a teoria proposta por Skinner em relação às agências de controle e convalidada por diversos autores, para que o estudo permita a verificação dos conceitos Skinnerianos acerca da Psicoterapia que vem sendo aplicados na prática clínica destes profissionais, assim como se estes mesmos profissionais se encontram aderentes às necessidades de seu tempo e diante dos desafios que se apresentam na atualidade. Dessa forma objetivou-se com este estudo identificar se há efeitos dos valores presentes na proposição skinneriana da agência de controle psicoterapêutica sobre a atuação clínica de analistas do comportamento.

2 MÉTODOS

A pesquisa ocorreu no primeiro semestre do ano de 2022, por um período de aplicação de 03 semanas. Os participantes-alvo foram 9 psicólogos, analistas do comportamento, com CRP ativo, atuantes na prática clínica e que se utilizam da Análise do Comportamento como referencial teórico. Os profissionais foram selecionados por meio de uma busca ativa nas redes sociais, do mapeamento dos profissionais que atuam nas clínicas da região e da técnica de indicação *snowballing*. A aplicação do questionário de pesquisa foi realizada por meio da plataforma Google Forms. Não foram exigidos critérios de idade, sexo, cor/raça, orientação sexual ou identidade de gênero.

O processo foi iniciado por meio de um contato telefônico apresentando o objetivo da pesquisa e, após o aceite da participação, um convite foi encaminhado aos participantes via aplicativo WhatsApp, com a apresentação da pesquisa e o link de participação. O questionário enviado foi confeccionado com 17 questões e teve um tempo de preenchimento estimado em 30 minutos. Os registros dos comportamentos verbais dos participantes foram analisados qualitativamente, a partir do recurso

analítico-comportamental de análise funcional (SKINNER, 2003; 1993). Foram examinados os resultados provenientes do primeiro bloco de perguntas do questionário disponibilizado em contraste com as respostas obtidas no âmbito do segundo bloco. O contraste entre os dois grupos de respostas foi realizado no escopo individual, comparando as respostas intra-participantes de modo que os dados da primeira seção do questionário serviram como linha de base para a avaliação dos dados obtidos na segunda seção.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As agências de controle agem de forma organizada, e são compreendidas como organizações que reforçam determinados tipos de comportamento que são esperados para aquela organização, como a religião, a família, a educação, o governo, as drogas, e outras que são citadas na obra de Skinner (2003). A Psicoterapia é uma das agências controladoras propostas pelo autor e, neste sentido, a compreensão do assunto deve ser de grande valia para os profissionais da área (SKINNER, 2003).

Segundo Skinner (2003), em um primeiro momento, o psicólogo não exerce grande controle sobre as contingências de seu cliente. Entretanto, ao longo das sessões este controle vai aumentando, fazendo com que o profissional se torne uma importante fonte de reforço. Ao tratar da agência controladora psicoterapêutica, Skinner (2003) propõe que haja uma relação de audiência não punitiva, sendo papel do terapeuta evitar persistentemente a punição, fortalecendo contingências distintas em relação àquelas vividas pelo cliente fora da sessão. Assim, efetiva-se o controle das contingências por meio do reforçamento, objetivando-se garantir um grau de controle comportamental maior, ou ao menos equivalente ao das demais agências controladoras (SKINNER, 2003).

As respostas às perguntas contidas na terceira seção do questionário foram organizadas em cinco eixos temáticos. Em um segundo momento, foram organizadas categorias de análise dentro dos eixos elaboradas com base nas respostas dos participantes (P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P9).

3.1 PRIMEIRO EIXO TEMÁTICO - MOTIVAÇÕES EM RELAÇÃO A ESCOLHA DA PROFISSÃO

A partir dos resultados encontrados na pesquisa, a análise inicia-se no âmbito do primeiro eixo temático “Motivações em relação à escolha da profissão”, mais especificamente a partir da categoria de respostas denominada "Busca pela compreensão do comportamento humano". Pode-se considerar que essa categoria diz respeito às contingências controladoras do comportamento dos participantes anteriormente à sua prática profissional. Em outras palavras, trata-se daquele tipo de controle atuante no momento da decisão por estudar e, futuramente, exercer a Psicologia como profissão.

Como mencionado anteriormente, Skinner (1973) relata que o comportamento humano está atrelado aos grandes problemas do mundo, porém também argumenta que os métodos científicos pouco são aplicados a ele. De fato, o autor reitera que um dos objetivos do Behaviorismo é compreender de modo científico o comportamento. Para tanto, utiliza-se de uma análise relacional entre indivíduo e ambiente, para assim explicar que o comportamento é formado e mantido por suas consequências (SKINNER, 2003). Nesse sentido, é necessário que o analista do comportamento tenha “Interesse em compreender o comportamento (sic)”, como mencionado por P4 e por P1, quando afirma que escolheu a profissão "para entender o comportamento humano (sic)". Outros participantes também relatam o interesse na compreensão do fenômeno comportamental nessa mesma categoria. P5, por exemplo, afirma que a escolha da profissão girou em torno de "gostar de estudar coisas relacionadas a entender comportamentos (sic)". Já P2, aponta que "o comportamento humano sempre me instigou, desde a adolescência (sic)".

Essa categoria aglutina, portanto, as respostas que indicam um interesse pessoal dos participantes em relação ao fenômeno comportamental, atrelado na maioria das vezes ao seu próprio comportamento ou ao de pessoas próximas. As respostas obtidas parecem indicar que o comportamento de escolha da profissão destes profissionais foi, em grande medida, controlado por contingências reforçadoras individuais, fazendo referência às histórias de vida de cada um deles. De maneira geral, pode-se dizer que o interesse por compreender o comportamento humano constitui-se como parte importante da profissão, mas não esgota a lista de comportamentos necessários à prática profissional. É importante mencionar que o interesse pela compreensão do

comportamento configura grande parte da atuação de psicólogos, mas não é suficiente por si só para fazer com que os controles exercidos por agências controladoras, de maneira externa ao que ocorre na psicoterapia, sejam mitigados. De todo modo, não se pode afirmar, preliminarmente, que as respostas fujam do que prescreveu Skinner (2003) ao tratar do papel da psicoterapia na sociedade, tampouco do objetivo científico da Análise do Comportamento de efetivar uma compreensão acerca das variáveis controladoras do fenômeno comportamental.

Na segunda categoria do primeiro eixo, "Ajuda ao próximo", as contingências investigadas parecem ser semelhantes àquelas exploradas na categoria anterior desse mesmo eixo, porém indicam um controle diferente em relação ao primeiro. Aqui, a noção de ajuda ao próximo presumivelmente denota o interesse dos participantes por amenizar contingências aversivas na vida de seus clientes por meio da psicoterapia. Um exemplo disso está no relato de P5, que diz que a motivação para a escolha da profissão é a de "poder ajudar as pessoas (sic)" e "levar conhecimento [às pessoas] de forma prática (sic)". De modo semelhante, P4 afirma que seu interesse se deu em: "ser a ponte para que [as pessoas em terapia] se sintam melhor (sic)". Com efeito, pode-se conjecturar a respeito do que controlou o comportamento dos participantes nessa segunda categoria.

A psicoterapia abrange o produto do relato verbal de parte da vida do cliente que é por ele exposta. Sendo assim, partindo-se de alguns reforçadores utilizados pelo terapeuta, o que acontece neste ambiente é uma preparação para que o cliente consiga viver em um mundo que não está sob o controle do terapeuta. Neste sentido, a psicoterapia ajuda as pessoas a se sentirem bem, e fazer uma análise funcional das contingências atuais, tanto como fornecer modelos sobre como agir, configurando assim aspectos importantes (SKINNER, 2003). De acordo com Skinner (2003), os passos para que isso aconteça seguem-se diretamente de uma análise dessa condição e do controle pelo terapeuta das variáveis relevantes. Destaca o autor que a psicoterapia pode ser representada como agência de controle especial que se preocupa com os problemas do cliente, mas que não é organizada tal qual, por exemplo, o governo e a religião, sendo uma profissão na qual seus membros usam procedimentos mais ou menos padronizados para ajudar o indivíduo a se libertar de controles opressivos das agências (SKINNER, 2003). Desta forma, pode-se dizer que o analista do comportamento ajuda o cliente neste contexto, no entanto, não parece ser possível indicar que tal interesse por parte dos participantes – o de ajudar as pessoas – esteja em consonância com o que propõe

Skinner: a própria "ajuda" pode vir a se caracterizar como uma forma de fortalecer contingências favoráveis ao controle opressivo que é perpetrado pelas agências controladoras, fato que não seria recomendado pelo autor em sua apreciação sobre o tema (SKINNER, 2003). De todo modo, não parece possível precisar, ao menos neste primeiro momento, se essa ajuda mencionada pelos participantes se trata de uma "ajuda" interessada no contra-controle do terapeutizando em relação às demais agências, ou o contrário.

A terceira categoria do primeiro eixo não obteve correlação substancial entre as respostas, para que fosse possível estabelecer um vínculo com outras, ou ainda, criar uma nova, sendo então nomeada como “outros”. Uma das respostas obtidas, por exemplo, foi a de P7: “Me aproximei da Psicologia por uma perspectiva adolescente de senso comum (sic)”. Outra resposta obtida foi a de P9, “Trabalhar com família (sic)”. Sendo uma das responsabilidades do analista do comportamento utilizar técnicas para amenizar o controle exercido pelas agências em relação ao seu paciente (SKINNER, 2003), pode-se concluir que é necessário que o analista consiga analisar as contingências de seu paciente de maneira única. Ao inferir o trabalho com a própria agência de controle, como a família, deve-se então tomar cuidado para que o controle exercido por ela não interfira na análise do cliente, visto que o papel do analista é justamente trabalhar na contramão deste controle.

3.2 SEGUNDO EIXO TEMÁTICO - MOTIVAÇÕES EM RELAÇÃO À ESCOLHA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

No segundo eixo temático, "Motivações em relação à escolha da Análise do Comportamento", as contingências analisadas já não são as mesmas do primeiro eixo, e dizem respeito aos principais controles presentes na escolha pela Análise do Comportamento enquanto abordagem para o trabalho clínico. A primeira categoria, "Objetividade", parece indicar que o critério de escolha tenha sido o aspecto científico da Análise do Comportamento em relação ao trato dos assuntos comportamentais. P1, por exemplo, afirma que escolheu essa abordagem porque "Era a mais objetiva (sic)", e P8 ainda explica a escolha mencionando as efetividades das técnicas: “além das técnicas serem muito eficazes (sic)”.

Skinner (2003) defende o estudo objetivo da psicologia por meio da observação sistemática do comportamento. A ciência deve se preocupar em obter os fatos e descrever os acontecimentos à medida que ocorrem, mostrando a forma que estão ordenadamente relacionados uns com os outros sem implicar um juízo de valor sobre esses fatos (SKINNER, 1973; 2003). De igual maneira, cabe uma observação do próprio autor que afirma que, mesmo diante de tal objetividade, a aplicação prática da ciência não é tão simples quanto parece, sendo importante que os analistas do comportamento não tenham a objetividade como único motivo para escolha da abordagem de atuação.

Como a presente categoria ainda trata de contingências predominantes em um momento anterior ao do exercício da profissão na vida dos participantes, a saber, o do percurso da faculdade, não se pode afirmar que tais respostas reflitam o mesmo interesse skinneriano em defender a utilização de métodos científicos para o estudo do comportamento. É ainda possível se conjecturar que, por parte dos participantes, a escolha pela abordagem como somente baseada em critérios objetivos possa representar a ausência de uma avaliação das implicações sociais do uso "vazio" de técnicas de modificação comportamental. Em outras palavras, a objetividade não pode ser caracterizada como critério independente de validade do processo terapêutico, vez que a modificação do comportamento está invariavelmente relacionada a aspectos culturais (SKINNER, 1973; 2003).

A segunda categoria deste mesmo eixo – "Compatibilidade com valores pessoais" – também parece exibir os mesmos pontos destacados na categoria anterior. As respostas pertencentes a ela indicam que a escolha pela Análise do Comportamento foi controlada por aspectos similares àqueles da primeira categoria do primeiro eixo, que já foi analisada. Isso porque versam sobre as contingências de caráter pessoal dos participantes. P8, por exemplo, afirma que “esta abordagem é, ao meu ver, a que mais faz sentido para uma compreensão clínica (sic)”, o que também é evidenciado por P2, ao apontar que “A análise funcional caiu como luva nessa minha visão de homem/mundo, o que me levou para a análise do comportamento (sic)”.

Para Skinner (2003), admitir o comportamento humano como objeto da ciência pode acarretar uma certa dificuldade interpretativa, sendo necessária uma disposição para tratar com os fatos e não com o que possa ser dito sobre eles, excluindo-se, desse modo, a influência de outras agências de controle. Sendo assim, a escolha da abordagem a partir de valores pessoais pode trazer à tona juízos de valor que não devem estar em pauta no momento da terapia. Além disso, valores são reforçadores (SKINNER, 2003,

1973), então é possível que se valores pessoais sejam utilizados como critério de escolha, o controle exercido pelas agências controladoras sobre o próprio terapeuta pode vir a controlar, inclusive, seus repertórios mais presentes como terapeuta. Já a terceira categoria de respostas – "Interesse por princípios científicos na atuação clínica" – é exemplificada pelas afirmações de P5, "[...] na minha concepção é uma das abordagens com mais evidências científicas (sic)", e de P4, "Pertencimento a uma comunidade de terapeutas que preocupam-se efetivamente com o desenvolvimento da prática clínica (sic)". Tal categoria pode indicar que parte das contingências envolvidas na decisão de adotar a Análise do Comportamento, por parte dos participantes, foi controlada pelos próprios princípios científicos da área no trato dos assuntos comportamentais, fato que corrobora com a perspectiva skinneriana em relação ao tema. Além disso, a menção à comunidade de terapeutas, guiada por princípios científicos, pode indicar um interesse em minimizar os efeitos do controle das agências sobre o comportamento do próprio profissional.

A próxima categoria: "Características da relação terapêutica na atuação clínica", parece sinalizar as contingências do próprio exercício da profissão como fonte de controle na escolha pela Análise do Comportamento. P4 afirma que a Análise do Comportamento é uma "Proposta de prática clínica que leva em consideração a singularidade humana e do terapeuta (sic)", e P5 reitera a compreensão afirmando que ela é "completa no entendimento do indivíduo (sic)".

Skinner (1973) afirma que cada indivíduo é único, portanto, não se pode desconsiderar a autenticidade de seu repertório verbal, nem tampouco a especificidade de suas contingências e agentes controladores de maior ou menor influência. O terapeuta, enquanto organismo, também possui a sua singularidade, entretanto, enquanto agente controlador que está inserido no contexto clínico, deve manter-se pautado nos princípios científicos, sem deliberar suas próprias convicções no ambiente clínico, pois estaria sobrepondo seus valores àqueles do terapeutizando, e não proporcionando condições para uma boa análise funcional.

Ainda no mesmo eixo temático, outra categoria é a "Influência do ambiente na explicação do comportamento", que indica que parte do interesse dos participantes, ao escolher a Análise do Comportamento, foi controlada pela própria característica da teoria de considerar o papel do ambiente na explicação do comportamento. Essa categoria é bem exemplificada pela asserção de P8, ao relatar que "O ambiente molda muito nossas vidas como um todo (sic)". Com efeito, considerar o papel do ambiente

em uma análise clínica pode ser demasiadamente importante para se lidar com a tarefa do psicoterapeuta de produzir para seu cliente contextos libertadores, em relação ao controle exercido pelas agências controladoras. No entanto, pode-se conjecturar a respeito do que controlou a resposta dos participantes nessa categoria. Uma possibilidade é que o reconhecimento em relação aos controles exercidos pelas agências seja um fator relevante para a decisão pela adoção da Análise do Comportamento; por outro lado, meramente mencionar o papel do ambiente, numa análise comportamental, não garante que isso signifique uma preocupação de caráter social em relação ao controle do comportamento.

Finalizando o segundo eixo temático, a quinta categoria aborda a "Influência de professores e grade curricular". Essa categoria parece indicar o controle exercido pelas contingências da graduação na escolha pela Análise do Comportamento por parte dos participantes. Esse contexto é observável a partir das respostas trazidas na pesquisa por P6, “acredito que tenha sido pelos professores que tive (sic)” e P9 “pq aprendi muito com a prof^a. da época (sic)”, por exemplo. Verifica-se que a disciplina na grade curricular também tem efeitos conforme elucidado na resposta de P3: “sou apaixonada pela Análise do Comportamento desde o momento que a conheci na graduação (sic)”.

De acordo com Mitchell & Krumboltz (1996), essa influência surge, por exemplo, a partir de contingências reforçadoras estabelecidas por professores ao longo do processo de formação. Assim sendo, o professor modela respostas que aumentam a ocorrência de comportamentos referentes à escolha da abordagem, o que permite maior probabilidade de produzir reforços positivos para seus participantes (Bernardes, Carvalho, Starling, Ireno, Chaves & Agostini, 2003). É também possível verificar nas respostas acima que a modelagem de comportamentos gerou uma paixão pela prática da análise do comportamento. Neste ponto, identifica-se, conforme a proposição de Skinner (2003), que a educação e o professor agem como agentes de controle já na formação do psicoterapeuta, uma vez que parecem centralizar os aspectos reforçadores para a escolha da prática profissional. Em relação à prática psicoterapêutica, pode-se pressupor que o grau de preocupação dos participantes em relação ao poder de influência das agências de controle sobre a vida dos terapeutizados pode ser, em alguma medida, bem esclarecido em relação ao quanto isso foi debatido ao longo do curso de graduação. Se, ao longo do curso, aspectos referentes ao controle exercido pelas agências foram explicitados, é provável que existam contingências favoráveis ao

desenvolvimento de repertórios de preocupação com essas questões nos terapeutas formados.

3.3 TERCEIRO EIXO TEMÁTICO - MOTIVAÇÕES EM RELAÇÃO À ESCOLHA DA PRÁTICA CLÍNICA

No terceiro eixo temático, "Motivações em relação à escolha da prática clínica", surge novamente a categoria "Busca da compreensão sobre o comportamento humano". Tal categoria, como explicitado alhures, parece dizer respeito ao interesse pelo comportamento como fator controlador da escolha do exercício da profissão. P1, por exemplo, afirma que escolheu a prática clínica "para entender o comportamento humano (sic)". Mais uma vez, assim como ocorre no eixo 1, o mero interesse pela compreensão do comportamento humano não parece configurar-se como suficiente para uma prática clínica que está interessada em minimizar os danos perpetrados pelas agências controladoras descritas por Skinner (2003).

Outra categoria presente neste eixo diz respeito aos "Fatores econômicos e financeiros" dos participantes. De acordo com Skinner (1973), a análise relacional explica que o comportamento é formado e mantido por suas consequências. Tal afirmação é refletida na observação das respostas dos entrevistados desta pesquisa, uma vez que os motivos que os levaram à prática clínica são consequência de agentes reforçadores, tais como os citados por P2, quando menciona a "flexibilidade de horários e, após um período trabalhando como CLT, queria ser autônomo (sic)"; P5, ao relatar a respeito da "fonte de renda (sic)"; e P7, que afirmou que "foi a forma que encontrei de já ingressar na carreira depois de formada (sic)". Sobre essa temática, Skinner (2003) explica que o psicoterapeuta se dedica na terapia principalmente por razões econômicas, reiterando ainda que o serviço prestado pelo psicoterapeuta é suficientemente reforçador para que os clientes o troquem por dinheiro.

Outra categoria que se repete é a de "Compatibilidade com valores pessoais", também observada no eixo 2. Assim como anteriormente, pode-se apontar que o controle exercido por reforçadores ontogenéticos na escolha da prática clínica não deveria se sobrepor aos aspectos éticos que controlam as contingências da profissão. Mais uma vez, corre-se o risco de que a prática do psicoterapeuta seja encaminhada a partir de valores pessoais, e que isso ofereça um risco para a construção de um ambiente

terapêutico em que haja contingências que fortaleçam repertórios de contracontrole, por parte dos terapeutizados e em relação às agências controladoras.

Outra categoria deste eixo foi "Ajuda ao próximo", novamente como ocorreu no eixo 1. Reitera-se que, se no contexto das contingências controladoras do comportamento – de escolha de futuros terapeutas pela psicologia enquanto profissão – o fator de ajuda ao próximo pode ser interpretado como um dado coerente com a proposta skinneriana, tendo em vista os objetivos da prática psicoterapêutica estabelecidos pelo autor (SKINNER, 2003), por outro lado, Skinner (2003) também afirma que o reforçador de maior influência, para que o Psicoterapeuta se dedique a terapia, é o econômico. O autor reitera que a Psicologia é uma profissão, sendo este não o único, mas o maior interesse. Nesse contexto, o terapeuta teria um papel no alívio das contingências relacionadas ao cliente, o que não deveria caracterizar este movimento como ajuda ao próximo, visto que há reforçadores que mantêm este comportamento, que são, neste caso, os econômicos.

Novamente, a última categoria deste eixo não reuniu características suficientes que permitissem a categorização das respostas. Denominada como "Outros", a categoria aglutinou respostas que vão na contramão da proposição Skinneriana, como por exemplo, a de P8, que afirmou que “A clínica que me escolheu. (sic)” e P9, que mencionou que a escolha pela prática “Aconteceu (sic)”. Para que o Analista do comportamento possa clinicar de modo eficiente e efetivo, é preciso que esteja disposto a se dedicar à ciência, sabendo que para isso terá que ter disposição de aceitar os fatos mesmo quando eles são opostos ao desejo (SKINNER, 2003). Ao compreender a complexidade de deixar suas convicções e valores fora do ambiente científico/clínico/profissional, seria ingênuo acreditar que essa contingência pode simplesmente acontecer, ou partir de outra vontade, fantasiosa, como nesse caso.

3.4 QUARTO EIXO TEMÁTICO - PERCEPÇÃO A RESPEITO DAS CONTINGÊNCIAS QUE INFLUENCIAM O DESENVOLVIMENTO DE REPERTÓRIOS CLÍNICOS

O quarto eixo temático é aquele que analisou as contingências envolvidas na "Percepção a respeito das contingências que influenciam o desenvolvimento de repertórios clínicos" dos participantes. A primeira categoria foi denominada

"Formação" e evidencia, por exemplo, que os aspectos referentes à formação de terapeutas parecem ser de suma importância para o desenvolvimento de bons repertórios clínicos. P4, por exemplo, aponta que a "formação complementar contínua (formações, cursos, congressos, etc.) (sic)" pode ser um fator que influencia neste caso. É possível constatar que, de fato, o investimento na formação acadêmica e profissional coloca o terapeuta em melhores condições de discriminar as influências das agências controladoras sobre o comportamentos de terapeutizados (JAMES, 1899 apud SKINNER, 1975), tornando válida a necessidade da formação acadêmica e da qualificação enquanto analista do comportamento, para assim criar repertórios clínicos eficientes.

"Experiência de trabalho" é outra das categorias encontradas no eixo quatro. Pode-se pressupor que essa categoria versa sobre a experiência prática que o profissional clínico deve ter para que possa oferecer um bom serviço. P4, por exemplo, afirma que a "experiência de trabalho (sic)" configura-se como um dos fatores influenciadores no desenvolvimento de repertórios clínicos, e P6, que "trocar experiências (sic)" e "atender muitos clientes (sci)" são outros fatores importantes nesse processo. De fato, segundo o modelo de seleção por consequências (SKINNER, 2007), repertórios são selecionados ao serem expostos à contingências diversas, porém, no contexto clínico, a despeito da experiência poder ser classificada como um fator facilitador, pode-se considerar que ela não esgota os requisitos necessários prescritos por Skinner (2003) no trato dos assuntos comportamentais.

A terceira categoria de respostas desse eixo é "Interesse pessoal", e parece denotar que aspectos reforçadores individuais são os que configuram o fato de haver desenvolvimento de bons repertórios clínicos ou não. P3, por exemplo, aponta que "gostar da profissão (sic)" é um dos fatores que influenciam no desenvolvimento de tais repertórios, e P5 indica que o fator que influencia é "aquilo que acredita e pratica como valores (sic)". Mais uma vez, é possível identificar no discurso dos participantes a influência dos valores na escolha da profissão, abordagem teórica e área de atuação. Nesse sentido, sabe-se que o analista no contexto clínico deve atuar na contramão das agências, afim de contribuir para o desenvolvimento de seu cliente, enquanto ser capaz de realizar a própria análise funcional e identificar em seu repertório as contingências que devem ou não ser mantidas, não a partir das agências de controle, mas a despeito delas. Ao defender o estudo objetivo da psicologia por meio da observação e análise do

comportamento, Skinner relata que a ciência deve se preocupar em obter os fatos sem implicar um juízo de valor em cima destes (SKINNER, 2003).

"Autoconhecimento" é a quarta categoria do eixo quatro, e pode ser exemplificada a partir das respostas de P4, por exemplo, que afirma que a "terapia pessoal (sic)" configura-se como um dos fatores que favorecem um bom desenvolvimento de repertórios clínicos. P8 caminha nessa mesma direção, ao afirmar que "É impossível trabalhar de maneira eficaz na clínica se não resolver a si mesmo primeiro (sic)". De acordo com Skinner (1953), para que o autoconhecimento ocorra, alguns repertórios devem ser estabelecidos socialmente: o repertório de observação do próprio comportamento, das condições em que ele ocorre e das consequências que produz. Baum (2006) reitera ainda que relatar estes comportamentos sejam eles privados ou não, também consiste no discurso do autoconhecimento.

Nesse sentido, sabemos que no contexto clínico o analista deve, a todo momento, olhar para si para analisar se a sua prática está bem embasada cientificamente e de acordo com a preposição relacionada a ela, se questionando cotidianamente em relação a isso, e sobre o que seria, de fato, propiciar um espaço de autoconhecimento, a fim de ter uma prática mais efetiva e concisa com seus pacientes. No entanto, pode-se questionar se as respostas obtidas partem desses mesmos pressupostos teóricos. Muito do que é veiculado no âmbito do senso comum, e que diz respeito à psicoterapia, parte do pressuposto de que se autoconhecer basta para que seja possível praticar o exercício clínico. No entanto, para Skinner (2003), autoconhecimento não é sinônimo de mudança comportamental, sendo esta, em sua maior parte, controlada por contingências ambientais. Assim, é possível que as respostas presentes nessa categoria indiquem, ao contrário do que possa parecer, um caminho oposto ao que recomenda Skinner (2003) ao propor a psicoterapia enquanto agência controladora.

A quinta categoria deste eixo faz menção ao "Controle ambiental" para explicar quais contingências influenciam o desenvolvimento de repertórios clínicos eficientes e efetivos. Isso acontece na fala de P5, ao afirmar que "sua forma de atuação que será atravessada pelas questões ambientais (sic)". A Análise do Comportamento, visando compreender de modo científico o comportamento, utiliza-se de uma análise relacional entre homem e ambiente para explicar que o comportamento é formado e mantido por suas consequências. O ambiente seleciona comportamentos gerando efeitos no organismo. O comportamento opera sobre o ambiente para produzir consequências, não somente antes, como depois de sua resposta. O ambiente, então, não impele nem puxa,

mas seleciona comportamentos (SKINNER, 1973). Desta forma, compreende-se a importância de se analisar os efeitos do controle ambiental, nos repertórios clínicos, para propiciar ao seu paciente uma análise mais precisa das contingências que estão ocorrendo ao seu redor e influenciando a sua maneira de comportar-se.

A sexta categoria de respostas deste eixo evidencia o "controle pelo grupo" como uma das influências, conforme mencionado por P5, que afirma que uma das influências no desenvolvimento dos repertórios clínicos se dá “pela interação com outras pessoas (sic)” e P6, que relata a necessidade de “Estudar casos em grupos (sic)”. Skinner (2003) relata que o grupo exerce um controle ético sobre cada um de seus membros através, principalmente, de seu poder de reforçar e punir. Além disso, essa influência decorre da importância que o indivíduo dá a esse grupo. Entretanto, dentro dos grupos se encontram a influência de outras agências de controle organizadas e que operam na vida das pessoas. Enquanto agência de controle (SKINNER, 1953), a Psicoterapia tem por seu agente controlador o próprio terapeuta.

Nesse sentido, Skinner (2003) argumenta que, ao procurar a psicoterapia, o cliente está sob controle de uma contingência aversiva. Sendo assim, a promessa de alívio que a psicoterapia propõe é um aspecto reforçador para o indivíduo, que vai em busca da melhora de suas demandas. A partir disso, é cabível mencionar que a Psicoterapia é uma agência de controle única, e que o analista, enquanto parte integrante e constituinte dessa agência, já é influenciado na sua prática por aquilo que está atrelado a ela, inclusive pelos outros agentes de controle, uma vez que a psicoterapia também é controlada pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo, criado a partir de regras de conduta de outras agências de controle. Aqui, cabe também o cuidado com a influência de profissionais que de fato tenham uma prática de acordo com aquilo que a agência propõe, para que a atuação do psicoterapeuta esteja sempre pautada em boas práticas, e não em práticas que fujam do escopo dimensionado para a agência.

Na última categoria de respostas deste eixo – "Outros" –, afirmações como a de P7, “seria impossível determinar exatamente quais pontos levam a esse desenvolvimento efetivo (sic)” não estabeleceram um vínculo pertinente entre si, nem com outras respostas que pudessem encontrar algum ponto de proximidade. Destaca-se que a afirmação em questão não está de acordo com a proposição skinneriana, tendo em vista que, enquanto profissional, o psicoterapeuta deve saber em que é pautada a sua atuação, e com isso estabelecer o que deveria ser cabível para o desenvolvimento de práticas que estejam atreladas ao sucesso em sua própria prática profissional.

3.5 QUINTO EIXO TEMÁTICO - PERCEPÇÃO A RESPEITO DOS EFEITOS DA PSICOTERAPIA SOBRE A VIDA DOS TERAPEUTIZANDOS

No quinto eixo temático – "Percepção a respeito dos efeitos da psicoterapia sobre a vida dos terapeutizados" – foram apurados dados levando em consideração as respostas dos participantes quanto aos efeitos da psicoterapia sobre a vida dos terapeutizados. "Autoconhecimento" aparece novamente, como a primeira das categorias encontradas neste eixo. P1 afirma que "É notável que quando o paciente entende seu próprio comportamento (sic)" referindo-se a mudança terapêutica ocasionada pelo processo psicoterapêutico, e P4 aponta que "De modo mais resumido, os efeitos estão relacionados a maior autoconhecimento (sic)". Nessa mesma direção, P7 também assevera que "A psicoterapia representa o reconhecimento de si (sic)".

O termo autoconhecimento segundo Skinner (1993, 2003) tem origem social e depende das práticas da comunidade verbal na qual se insere esse indivíduo, propiciando modelar um repertório apropriado para o mundo externo a partir do seu conhecimento, sendo possível prever e controlar esse comportamento. De acordo com Skinner, "Um dos fatos mais extraordinários a respeito do autoconhecimento é que ele pode não existir" (SKINNER, 2003, p. 315). Em outras palavras, para que ocorra, o autoconhecimento requer repertórios que devem ser estabelecidos socialmente: o repertório de observação do próprio comportamento, das condições em que ele ocorre e das consequências que produz pode, portanto, ser mantido se a comunidade estabelecer contingências reforçadoras para tanto. Nesse sentido, pode-se afirmar que o autoconhecimento não configura o único aspecto presente dentre os efeitos da psicoterapia sobre a vida dos terapeutizados, e outros fatores, tais como a modificação de contingências, parecem ter papel mais amplo nesse contexto.

A segunda categoria deste eixo aponta o "aprendizado da análise funcional" como consequência do processo de terapia. P1, por exemplo, afirma que o paciente "consegue fazer uma análise funcional (sic)", e P6 diz que os pacientes "conseguem a partir disso pensar em possíveis formas de variar e flexibilizar padrões de comportamentos que já não estão trazendo tantas consequências positivas, por consequência, conseguem viver uma vida e fazer escolhas mais saudáveis e leves para suas vidas (sic)".

Na proposição skinneriana, encontramos um modelo de interpretação e investigação dos fenômenos naturais representado pela análise de relações funcionais, o qual visa promover a identificação da interdependência entre eventos, aplicando-se a noção seletcionista, eximindo a mecanicista e de causalidade que busca um agente originador do comportamento, voltando-se a análise para uma complexa rede de instâncias de comportamento que atuam em diferentes níveis de consequências (CHIESA, 1992). Não obstante, o trabalho do terapeuta parece se fundamentar na utilização da análise funcional para sustentar sua intervenção clínica, e este parece ser um aspecto profícuo no auxílio do cliente em relação à compreensão da funcionalidade e implicações do seu comportamento.

A "Promoção de autocontrole" configura a terceira categoria deste eixo e é exemplificada através das falas de P4, "autocontrole (sic)", e P7 "possibilitando a escolha de como agir em seus contextos (sic)". Sérgio (1999) argumenta que é por meio do autoconhecimento que podemos adquirir maior autocontrole e autogoverno, tomando decisões mais reforçadoras em seu contexto, uma vez que tais repertórios deixam o indivíduo em melhor posição de compreender as contingências que controlam o seu comportamento. Porém, nesse processo, a pouca variabilidade do relato verbal de alguns indivíduos pode trazer dificuldades para esse autoconhecer, pois poucas informações e dados da interação social são fornecidos, sendo necessário que o analista do comportamento tenha habilidades para ensinar esses indivíduos a fazerem essas discriminações, para um efetivo autoconhecimento e consequente mudança comportamental.

Outra categoria diz respeito ao "Desenvolvimento de novos repertórios" como um dos efeitos da psicoterapia. Essa categoria pode ser evidenciada, por exemplo, a partir da fala de P1, que relata que "Ele já começa uma mudança comportamental. As aplicações das técnicas são um complemento para que a mudança se torne permanente. (sic)", e P4, que aponta que trata-se do "Desenvolvimento de repertórios comportamentais deficitários e refinamento de outros já apresentados (sic)". Desenvolver novos repertórios parece ser uma das premissas do trabalho do terapeuta, tendo em vista que, como já mencionado, Skinner (2003) propõe que ao procurar a psicoterapia, o cliente está sob controle de uma contingência aversiva, de modo que a promessa de alívio da psicoterapia seja um aspecto reforçador para o indivíduo, que vai em busca da melhora de suas demandas e, consequentemente, do desenvolvimento de

novos repertórios que propiciem uma nova maneira de lidar com as demandas iniciais, ou as que apareceram durante o processo terapêutico.

A última categoria elencada no quinto eixo trata sobre o "Desenvolvimento de qualidade de vida e saúde mental". P2 afirma que "A psicoterapia auxilia na melhora da qualidade de vida do paciente (sic)", enquanto P4 evidencia que um dos efeitos presentes é que a Psicoterapia vai "gerando sentimentos correspondentes à melhor qualidade de vida (segurança, bem-estar, autoconfiança, etc) (sic)". Ao levarmos mais uma vez em consideração que o estado em que o paciente chega até a clínica é pouco reforçador, justamente pelo motivo que o levou até este contexto, é fácil compreendermos que um dos papéis do terapeuta é agir para que as contingências que estão influenciando negativamente o estado do paciente sejam amenizadas, fazendo com que ele retome condições de analisar o seu contexto e desenvolver repertórios para lidar com as adversidades, de acordo com a necessidade encontrada no momento (SKINNER, 2003). A partir do momento em que o cliente se torna capaz de fazer a análise funcional e definir quais comportamentos manter ou não, é então correto afirmar que a Psicoterapia de fato promove mais qualidade de vida aos clientes.

Finalmente, é possível constatar certa similaridade entre os participantes da pesquisa. Identificamos por exemplo, que todos os profissionais que participaram da coleta de dados, não propositalmente, realizaram suas graduações em contexto de faculdade privada, na própria região de atuação em que estão inseridos, na do oeste paranaense. Outra característica possível de se mensurar, se relaciona a classe social dos participantes, que parece permanecer entre as classes sociais B e C. Todos os participantes da pesquisa possuem também uma ou mais especializações na área de Psicologia, que se encontram mescladas entre a área de Análise do Comportamento e outras pertinentes à Psicologia de maneira geral. Seis dos participantes da pesquisa se denominam católicos, enquanto um se declara agnóstico, um espírita, e outro não se identifica com nenhuma religião. Oito dentre os nove participantes da pesquisa identificam-se com o gênero feminino, e um se identifica com o masculino. A partir dessas questões mencionadas de cunho sóciodemográfico, podemos estabelecer um público com grande similaridade entre si, tendo em vista características que denotam semelhanças presentes nestes profissionais que podem ou não, estar efetivamente ligadas aos resultados obtidos através da pesquisa proposta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos resultados apresentados neste artigo, foi possível observar algumas influências dos valores presentes na proposição skinneriana que estão ligadas à prática clínica dos participantes entrevistados. Essas influências tornam possível a reflexão a partir de alguns pontos que merecem destaque no âmbito dessa discussão. Em algumas das respostas encontradas, o relato verbal dos profissionais remonta ao trabalho em relação à clínica, a partir do conhecimento e autonomia dos repertórios verbais e comportamentais de seus pacientes, a fim de que consigam fazer uma análise funcional das contingências que estão influenciando o seu comportamento para, então, terem condições de decidir sobre qual comportamento manter e quais repertórios são mais efetivos em relação ao contracontrole para com as agências. Entretanto, ao analisarmos os relatos com maior cuidado, nota-se algumas respostas que demonstram sentido ambíguo, denotando alguns pareceres que, de acordo com a análise realizada, estão em desacordo com aquilo que a teoria skinneriana recomenda para a prática clínica dos analistas.

Nesse sentido, indiferentemente da influência exercida pelas agências de controle ao seu redor e das contingências que vão surgir a partir dessa decisão, parece ser o caso de que as recomendações skinnerianas não estão sendo seguidas de modo efetivo. Estariam estes profissionais atuando no contracontrole das agências que perpassam de maneira punitiva e coercitiva a vida de seus clientes? Ou, ainda, estaria a própria psicologia atuando para que seus clientes simplesmente saibam quais contingências são mais aceitas pelas agências de controle que estão ao seu redor, para, então, adequar seu comportamento e se enquadrar a elas, “policiando” seus repertórios a fim de ter mais “qualidade de vida” e menos “problemas” no seu cotidiano? A título de exemplo, vale retomar uma das falas obtidas ao longo da pesquisa, em que P8, analisando sua percepção a respeito dos efeitos da Psicoterapia sobre a vida dos terapeutizados, afirma que os pacientes “Conseguem perceber seus comportamentos inadequados, policiando-os (sic)”.

Constata-se, nesta última perspectiva, e através da interpretação dos relatos da pesquisa, que o psicólogo na maioria das vezes buscando a resolução dos conflitos e problemas do dia-a-dia do seu cliente neste manejo clínico, age como agente controlador e, muitas vezes sem se dar conta, atua para flexibilizar padrões de comportamento, a fim de adaptar o terapeutizado às exigências de outras agências de

controle que acabam atuando de forma coercitiva nos grupos onde os indivíduos estão inseridos. Assim sendo, a prática clínica quando realizada desta forma, deslocada da proposta científica skinneriana, trata comportamentos que se desviam do padrão socialmente aceito e se tornam inadequados, sem que se questione essa inadequação.

Evidentemente que esta realidade não é exclusiva dos psicólogos analistas do comportamento, fato pelo qual entende-se que o presente trabalho possa servir de subsídio de alerta a todos os psicólogos atuantes na prática clínica, para que reavaliem constantemente sua prática a fim de identificar se ela não está sofrendo interferências de questões culturais, religiosas, sociais e políticas, tornando possível a desconsideração dessas influências neste âmbito, para que seja então, possibilitada uma análise a partir da singularidade de cada paciente a partir de seus próprios valores. Reitera-se que, possivelmente, todas as abordagens da psicologia clínica sofrem algum tipo de controle proveniente das agências mencionadas ao longo deste trabalho, como por exemplo, o próprio código de ética profissional que embasa alguns direcionadores para a prática clínica, como disposto anteriormente. Cabe então, ao próprio psicólogo dar atenção a essa problemática, a fim de buscar uma sociedade que cada vez mais seja capaz de respeitar a singularidade do sujeito, descontinuando práticas punitivas e coercitivas perpetradas por agências de controle que se fazem presente e se utilizam constantemente dessas práticas.

REFERÊNCIAS

- BACON, F. **Novo organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- BAUM, W. M. **Compreender o Behaviorismo: Comportamento, cultura e evolução**. Tradução de Maria Teresa Araujo Silva - 2 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BERNARDES, L. A., Carvalho, K. A., Starling, R. R., Ireno, E. M., Chaves, V. R. P. & Agostini, C. (2003). **A Orientação Profissional na Análise do Comportamento: Um estudo piloto para modelagem do comportamento do orientador [Resumo]**. Em Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental (Org.), Anais do XII Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental. Londrina: ABPMC. 1 CD.
- CHIESA, M. **Radical behaviorism and scientific frameworks: From mechanistic to relational accounts**. American Psychologist, 1992.
- DESCARTES, R. **Regras para a direção do espírito**. Porto: Edições 70, 1985.
- HUME, D. **Tratado da natureza humana**. Tradução de D. Danowski. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial, 2000.
- IESS, Instituto de Estudos de Saúde Suplementar. **Saúde Suplementar em Números**. 2019. Disponível em: <https://www.iess.org.br/publicacao/blog/saude-suplementar-em-numeros-041219>. Acesso em 18/10/2021.
- MARICONDA, P. R. **O controle da natureza e as origens da dicotomia entre fato e valor**. São Paulo: Scientiae Studia, 2006.
- MITCHELL, K. E. & Krumboltz, J. D. Krumboltz's learning theory of career choice and counseling. Em D. Brown & L. Brooks (Orgs.), **Career choice and development: Applying contemporary theories to practice** (pp. 233-280, 2ªed.) San Francisco: Jossey-Bass, 1996.
- SÉRIO, T. M. de A. **A concepção de homem e a busca de autoconhecimento: Onde está o problema?** Em R.A. Banaco (Org.), **Sobre Comportamento e Cognição – Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento** 2ª edição. Santo André: ARBytes, 1999.
- SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. (J. C. Todorov & R. Azzi, trad.) 11a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- SKINNER, B. F. **O mito da liberdade**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S. A., 1973.

SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1993.

SKINNER, B. F. **Tecnologia do Ensino**. (R. Azzi, trad.) 1a. ed. São Paulo: EDUSP, 1975.

SKINNER, B. F. (1994). **Ciência e comportamento Humano**. (J. C. Todorov e R. Azzi, trad.) 9a Edição. São Paulo: Martins Fontes. Trabalho original publicado em 1953.

SKINNER, B. F. **Seleção por Consequências**. (Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva.) Vol. IX. 2007.

TODOROV, J. C., HANNA, Elenice S. **Análise do comportamento no Brasil**. Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB). Brasília, 2010.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/mxLr4CXqhTvFRppTrk3jTLL/?lang=pt>.
Acesso em 31/10/2021.

TODOROV, J. C. **A Família como Agência de Controle**. Comportamento e cultura; análise das intuições.. Brasília, p. 11, 2020. Disponível em:
https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63253549/A_identificacao_de_progamas_esportivos_governamentais20200509-5062-7r3wen-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1635971040&Signature=UCrW4jbTMZ-2Df-vwQV4n~v~K7yN4RhSjQbFDej2ePbhdv15JOkj2PKB8AcVWEeXUn~U9MJqcyw9qWRz2ptQ2ZzCr77KQPkh35bbiCwpB60F9BJQ2yP1pBUJ-cGzLZOKI6Nu4vkXN3Niqacu3LdINmHJuYhjDinsfeiH63QApcoffeobWCm5OXVGwK5xPaEDMrx3cPGD3hUAqfMWtIblNMzz4YdqVc6Ebb2e2~GKvVSRbAkTuSY6p-wfTs8CyJsLJ6-aXZnarkGkvHx0xiH2FSGEcycgEV0tP6JuQZjp1SR2Da2~kLEqjm2ZudaUkzWNGfEq6siyH1QFHAGsmMLTXA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=12. Acesso em 14/10/2021.